



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JORGE BRAZ – Republicanos/RJ

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.047, DE 2023

Apensado: PL nº 1.376/2023

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para incluir dispositivo prevendo que, em se tratando de fornecimento de equipamentos elétricos e eletrônicos, o fornecedor fica obrigado a incluir carregador, fonte de alimentação, cabos e quaisquer outros componentes indispensáveis ao regular funcionamento do dispositivo.

Autor: Deputado JONAS DONIZETTE

Relator: Deputado JORGE BRAZ

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.047, de 2023, de autoria do ilustre Deputado Jonas Donizette, pretende alterar o art. 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), no intuito de obrigar o fornecedor a ofertar carregador, fonte de alimentação, cabos e quaisquer outros componentes indispensáveis ao regular funcionamento de equipamentos elétricos e eletrônicos, juntamente com tais dispositivos.

Apensado à referida iniciativa, tramita o Projeto de Lei nº 1.376, de 2023, de autoria do Deputado Giovani Cherini, em que objetiva alterar os arts. 31 e 39, também da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a venda em separado de produtos e serviços acessórios, descaracterizando, no entanto, a ocorrência de venda casada nessa situação.

Os projetos foram distribuídos às Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última apenas



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 213 – CEP 70160-900 – Brasília/DF

Fone: (61) 3215-5213/53213 – dep.jorgebraz@camara.leg.br

Para verificar a assinatura eletrônica (e-CPF): <https://legis.sic.gov.br/legis/assinatura-eletronica/verificar-assinatura-eletronica>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Braz

Apresentação: 27/10/2023 16:57:57.943 - CDC
PRL 1 CDC => PL 1047/2023

PRL n.1





para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A apreciação das proposições é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental de cinco sessões (de 26/05/2023 a 07/06/2023), não foram apresentadas emendas aos projetos, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

No Projeto de Lei nº 1.047/2023, o ilustre Deputado Jonas Donizette pretende alterar o art. 39 do CDC, com o objetivo de obrigar o fornecedor a ofertar carregador, fonte de alimentação, cabos e quaisquer outros componentes indispensáveis ao regular funcionamento de equipamentos elétricos e eletrônicos, juntamente com tais dispositivos.

Por seu turno, na iniciativa apensada (Projeto de Lei nº 1.376/2023), o nobre Deputado Giovani Cherini objetiva alterar os arts. 31 e 39, também do CDC, no intuito de disciplinar o fornecimento desses itens considerados acessórios. No entanto, trilhando caminho diverso da proposta principal, defende que a comercialização em separado desses itens não caracteriza prática abusiva ao direito do consumidor.

Observo que as duas iniciativas se originam de uma mesma problemática e partem de um mesmo ponto de consenso, que é a necessidade da proteção do direito do consumidor nas aquisições de equipamentos elétricos e eletrônicos. A proposta principal entende que a inclusão de itens como carregadores, fontes de alimentação, cabos e outros devem ser fornecidos conjuntamente com tais dispositivos; já a apensada, muito embora argumente no sentido da possibilidade da venda em separado de itens considerados acessórios, sustenta a necessidade de que o consumidor seja informado sobre





quais dessas peças estão incluídas na embalagem do produto eletroeletrônico adquirido.

Alinho-me à intenção da proposta principal, apoiada na convicção de que, como os referidos itens são indispensáveis para o funcionamento adequado dos dispositivos elétricos e eletrônicos, devem ser fornecidos conjuntamente a esses. De fato, a inclusão desses itens como parte integrante do produto adquirido garante não apenas a comodidade do usuário, como também a sua segurança. O fornecimento, pelo fabricante, de carregadores, fontes de alimentação e demais itens necessários ao funcionamento do equipamento garante a compatibilidade (em termos de voltagem e conectividade, por exemplo) e evita danos aos dispositivos, que reduziriam a sua vida útil.

Além disso, há um elemento crucial e que não pode ser desconsiderado no âmbito desta Comissão: a economia de custos para o consumidor. A aquisição separada de tais itens pode representar um gasto adicional significativo para o usuário, sobretudo quando se trata de peças que costumam ser dispendiosas e que possuem requisitos bem específicos. Sendo assim, ao disponibilizarem os itens necessários à imediata utilização do produto, os fornecedores propiciam uma experiência de consumo mais econômica, completa e acessível para o consumidor.

Sob outro enfoque, a iniciativa apensada contribui significativamente para a efetivação do direito do consumidor de ser informado sobre os itens que integram o produto adquirido. Desse modo, a alteração proposta para o art. 31 do CDC é oportuna e necessária, pois assegura ao usuário o conhecimento sobre as especificações do equipamento e das peças que acompanham, viabilizando, assim, a tomada de uma decisão de compra mais consciente e acertada.

Sendo assim, cada qual ao seu modo, as iniciativas se conjugam em prol da proteção do consumidor, razão pela qual meu voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.047, de 2023, e do seu apensado (Projeto de Lei nº 1.376, de 2023), na forma do Substitutivo anexo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JORGE BRAZ – Republicanos/RJ

4

ala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **JORGE BRAZ**
Relator

2023-13307

Apresentação: 27/10/2023 16:57:57.943 - CDC
PRL 1 CDC => PL 1047/2023

PRL n.1



Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 213 – CEP 70160-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 3215-5213/53213 – dep.jorgebraz@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232075738700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Braz





COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.047, DE 2023

Apensado: PL nº 1.376/2023

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com a finalidade de obrigar o fornecedor a informar os itens acessórios que acompanham os equipamentos elétricos e eletrônicos, bem como a fornecer carregador, fonte de alimentação, cabos e quaisquer outros componentes indispensáveis ao regular funcionamento dos referidos dispositivos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 31 e o art. 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “*dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências*”, com a finalidade de obrigar o fornecedor a informar os itens acessórios que acompanham os equipamentos elétricos e eletrônicos, bem como a fornecer carregador, fonte de alimentação, cabos e quaisquer outros componentes indispensáveis ao regular funcionamento dos referidos dispositivos.

Art. 2º O *caput* do art. 31, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, **acessórios que acompanham**, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

.....” (NR)





Art. 3º O art. 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 passa a vigorar acrescido do inciso XV, com a seguinte redação:

“Art. 39.....

.....

XV - em se tratando de fornecimento de equipamentos elétricos e eletrônicos, deixar de incluir carregador, fonte de alimentação, cabos e quaisquer outros componentes indispensáveis ao regular funcionamento dos referidos dispositivos.

.....” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **JORGE BRAZ**
Relator

2023-13307

